

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8033696-36.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: ADRIANO SANTOS AMARAL TEIXEIRA e outros Advogado (s): JASIELMA DE SOUZA NASCIMENTO IMPETRADO: Juiz de Direito de Feira de Santana 3ª Vara Criminal Advogado (s): ACORDÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. RECEPÇÃO. ALEGAÇÕES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PREVENTIVO E INEXISTÊNCIA DE REQUISITOS AUTORIZADORES NÃO CONHECIDAS. REITERAÇÃO DE PEDIDOS. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A SER RECONHECIDO. 1. Trata-se de Habeas Corpus liberatório, impetrado em favor de ADRIANO SANTOS AMARAL, preso em flagrante em 06.02.2024, pela prática da conduta descrita no art. 180, do CP (recepção), verberando a Impetrante que o Paciente sofre manifesto constrangimento ilegal diante do excesso de prazo para o início da instrução criminal, e da ausência dos pressupostos autorizadores para a manutenção da custódia cautelar. 2. Extraí-se dos autos digitais, que na data referida, na BR 101 KM 168, Distrito de Humildes, Feira de Santana, o Paciente foi flagrado por Policiais Rodoviários Federais conduzindo o veículo FIAT/Argo, branco, placa policial RVI0B22, ano/modelo 2023/2023, o qual adquirira em mãos de um indivíduo de prenome “Marcos”, sabendo ser produto do delito de apropriação indébita, praticada por Paulo Cezar Souza Melo, em detrimento da empresa Localiza Rent a Car S/A, na cidade de Aracaju/SE. 3. Da análise dos autos de origem, verifica-se que o Paciente foi denunciado (ação penal nº 8005742-66.2024.8.05.0080), havendo a inicial acusatória sido recebida pela Autoridade Impetrada, encontrando-se os autos no aguardo da realização de audiência de instrução e julgamento, redesignada para o próximo dia 05.06.2024. 4. O excesso de prazo deve ser analisado com a devida razoabilidade, pois quando suas razões não se fundarem em clara mora estatal, do magistrado ou do representante do Ministério Público, não há de se imputar desídia, por culpa do Estado, para o encerramento da ação penal. Na hipótese, observa-se que o Paciente foi preso em 06.02.2024, a denúncia foi oferecida em 11.03.2024, e recebida no dia seguinte, ou seja, em 12.03.2024, oportunidade em que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 24.04.2024, redesignada para o próximo dia 05.06.2024. Rejeição. 5. Eventual escoamento do prazo legal descrito no art. 316, do CPP não resulta em constrangimento ilegal da prisão, desde que a irregularidade seja sanada pelo julgador assim que instado. Ademais, recentemente o Plenário do STF, no julgamento do HC nº 191836, consignou que a inobservância do prazo nonagesimal do art. 316, parágrafo único, do CPP, não implica automática revogação da prisão preventiva. Na ocasião, restou consignado, ainda, que o juízo competente deve ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos. 6. Quanto às alegadas condições pessoais favoráveis do Paciente, tais como a residência fixa e ocupação lícita, ainda que fossem demonstradas, não possuem o condão de afastar a necessidade da custódia cautelar, quando presentes os seus requisitos, como ocorre no caso. HABEAS CORPUS CONHECIDO, PARCIALMENTE, E NA EXTENSÃO ORDEM DENEGADA ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8033696-36.2024.8.05.0000, da comarca de Feira de Santana, em que figuram como Impetrante a Advogada Jasielma de Souza Nascimento – OAB/BA 55.600, como Paciente ADRIANO SANTOS AMARAL, e como Impetrado o Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Feira de Santana. ACORDAM os senhores Desembargadores, componentes da

Primeira Turma da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em CONHECER EM PARTE, E, NA EXTENSÃO DENEGAR A ORDEM de Habeas Corpus, nos termos do voto da Relatora. Salvador, . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 10 de Junho de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8033696-36.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: ADRIANO SANTOS AMARAL TEIXEIRA e outros Advogado (s): JASIELMA DE SOUZA NASCIMENTO IMPETRADO: Juiz de Direito de Feira de Santana 3ª Vara Criminal Advogado (s): RELATÓRIO Cuida-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pela Advogada Jasielma de Souza Nascimento – OAB/BA 55.600, em favor de ADRIANO SANTOS AMARAL, contra suposto ato ilegal praticado pela Juíza de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Feira de Santana, nos autos do APF nº 8002920-07.2024.8.05.0080. Sustenta a Impetrante que o Paciente foi preso em flagrante em 06.02.2024, pela suposta prática da conduta descrita no art. 180, do CP, por conduzir o veículo marca Fiat, Modelo ARG0, Cor Branca Placa RVI0B22, oriundo de apropriação indébita, tendo como vítima a empresa Localiza. Esclarece que a denúncia foi oferecida em 13.03.2024, mas o início da instrução está previsto para o dia 05.06.2024, encontrando-se o Paciente custodiado há mais de 90 dias, sem ter a prisão revisada. Argui inexistência dos requisitos preceituados no art. 312, do CPP, necessários à manutenção da custódia cautelar, aduzindo que não se sustentam os genéricos fundamentos utilizados pelo Juízo a quo, mormente por que trabalha como motoboy autônomo em uma pizzaria, na cidade de Camaçari, onde reside com sua esposa e seus três filhos, de modo que não oferece risco à ordem pública, mostrando-se suficientes as medidas cautelares diversas da prisão. Por fim, requer a concessão, em caráter liminar, do mandamus para que a prisão seja revogada, com consequente expedição do Alvará de Soltura, e, subsidiariamente a imposição de medidas cautelares, e no mérito seja confirmada a decisão. À inicial foram acostados documentos. Em decisão monocrática, constante em ID 62486726, indeferi o pedido liminar. Informes Judiciais devidamente apresentados (ID 62798847). Instada, a douta Procuradoria de Justiça emitiu parecer, manifestando-se pelo conhecimento parcial e, na extensão conhecida pela denegação da ordem (ID 62901817). É o relatório. Salvador/BA, 1 de junho de 2024. Desa. Aracy Lima Borges – 1ª Câmara Crime 1ª Turma Relatora PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8033696-36.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: ADRIANO SANTOS AMARAL TEIXEIRA e outros Advogado (s): JASIELMA DE SOUZA NASCIMENTO IMPETRADO: Juiz de Direito de Feira de Santana 3ª Vara Criminal Advogado (s): ALB/04 VOTO Trata-se de Habeas Corpus liberatório, impetrado em favor de ADRIANO SANTOS AMARAL, preso em flagrante em 06.02.2024, pela prática da conduta descrita no art. 180, do CP (receptação), verberando a Impetrante que o Paciente sofre manifesto constrangimento ilegal diante do excesso de prazo para o início da instrução criminal, e da ausência dos pressupostos autorizadores para a manutenção da custódia cautelar. Extraí-se dos autos digitais, que na data referida, na BR 101 KM 168, Distrito de Humildes, Feira de Santana, o Paciente foi flagrado por Policiais Rodoviários Federais conduzindo o veículo FIAT/Argo, branco, placa policial RVI0B22, ano/modelo 2023/2023, o qual adquirira em mãos de um indivíduo de prenome “Marcos”, sabendo ser produto do delito de

apropriação indébita, praticada por Paulo Cezar Souza Melo, em detrimento da empresa Localiza Rent a Car S/A, na cidade de Aracaju/SE. Da análise dos autos de origem, verifica-se que o Paciente foi denunciado (ação penal nº 8005742-66.2024.8.05.0080), havendo a inicial acusatória sido recebida pela Autoridade Impetrada, encontrando-se os autos no aguardo da realização de audiência de instrução e julgamento, redesignada para o próximo dia 05.06.2024. De início, reputo óbice ao exame da tese de ausência de fundamentação adequada e de requisitos para a decretação da prisão preventiva, primeiro por que o habeas corpus, por ser um instrumento de cognição sumária e rito célere, não admite discussão de matérias que demandam dilação probatória, e portanto deve ser acompanhado de prova pré-constituída, encargo que a Impetrante não se desincumbiu, já que sequer acostou aos autos o decreto preventivo. Segundo, por que tais alegações já foram devidamente enfrentadas no bojo do HC nº 8011187-14.2024.8.05.0000, de minha Relatoria, tratando-se de reiteração de pedido. Nesse sentido, confirmam-se os julgados do Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. RITO QUE EXIGE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. AUSÊNCIA DO ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. ÔNUS QUE CABE AO IMPETRANTE. POSTERIOR JUNTADA. IMPOSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que "o habeas corpus, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de advogado constituído" (HC 317.882/RJ, relator o Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 31/8/2015). 2. Tratando-se de remédio constitucional impetrado por profissional da advocacia, tem ele o ônus de instruir a ação corretamente, com a íntegra dos documentos necessários à análise da controvérsia, não se admitindo a posterior juntada de documentos imprescindíveis à análise do pedido e que não foram anexados tempestivamente pela defesa. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 370.583/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 11/11/2016) PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E RESPECTIVA ASSOCIAÇÃO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. FUNDAMENTAÇÃO. MATÉRIAS JÁ APRECIADAS POR ESTE SODALÍCIO. INADMISSÍVEL REITERAÇÃO DE PEDIDOS. COGNIÇÃO. INVIABILIDADE. (...). NÃO CONHECIMENTO. 1. As matérias referentes à ausência de fundamentação idônea da decisão que determinou a interceptação telefônica, bem como à inépcia da denúncia no tocante ao delito de associação para o tráfico, já foram apreciadas por este Sodalício, razão pela qual a pretensão aduzida na presente impetração configura inadmissível reiteração de pedidos, sendo, portanto, inviável sua cognição(...). Habeas corpus não conhecido. (STJ - HC: 306312 SP 2014/0260062-8, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 12/02/2015, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/02/2015) Dessa forma, não conheço tal alegação. No que tange ao suposto excesso de prazo, cumpre registrar, que este não decorre simplesmente do decurso de tempo, devendo ser consideradas as circunstâncias do caso, exigindo-se, ainda, que o atraso resulte de descaso injustificado do Juízo. Assim, é que a doutrina e a jurisprudência são firmes ao afirmar que os prazos processuais previstos no Código de Processo Penal para a conclusão das fases processuais não são peremptórios, mas sim diretrizes, de modo que é somente à luz do caso concreto que se pode avaliar se há ou não excesso de prazo capaz de justificar o relaxamento de prisão preventiva regularmente decretada.

Dessa forma, o excesso de prazo deve ser analisado com a devida razoabilidade, pois quando suas razões não se fundarem em clara mora estatal, do magistrado ou do representante do Ministério Público, não há de se imputar desídia, por culpa do Estado, para o encerramento da ação penal. Na hipótese, observa-se que o Paciente foi preso em 06.02.2024, a denúncia foi oferecida em 11.03.2024, e recebida no dia seguinte, ou seja, em 12.03.2024, oportunidade em que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 24.04.2024, redesignada para o próximo dia 05.06.2024. Como se vê, a hipótese não expõe letargia do Juízo na conclusão dos atos processuais, que comprometa a legalidade da prisão, restando afastada a alegação de excesso de prazo. Sobre o tema: AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIMES DE TENTATIVAS DE HOMICÍDIOS. EXTENSÃO DOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. MERA REITERAÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. 1. Não comprovada a necessária similitude fático-jurídica da situação do agravante com a dos corréus a quem foi concedida a liberdade provisória, não se mostra cabível a aplicação do art. 580 do CPP. 2. Caso em que o presente recurso é mera reiteração do HC n. 764.421/RS, em que foi julgado o agravo regimental pela Sexta Turma, em 13/3/2023, ocasião em que se constatou que a prisão preventiva decretada em desfavor do ora agravante apresenta fundamentação válida. 3. O excesso de prazo não resulta de mero critério matemático, mas de uma ponderação do julgador, observando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em consideração as peculiaridades do caso concreto, a evitar o retardamento injustificado da prestação jurisdicional. 4. Em face da gravidade dos delitos imputados ao agravante, punidos com altas penas, com a redesignação de audiência de instrução e julgamento para 8/11/2023, visto que ainda pendentes a oitiva de testemunhas de defesa e os interrogatórios dos réus, não se pode, neste momento, falar em ilegalidade da prisão por excesso de prazo, que só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, o que, como visto, não se observa no caso. 5. Agravo regimental improvido. (STJ – AgRg no HC: 822165 RS 2023/0153169–8, Relator: Ministro JESUÍNO RISSATO DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJDF, Data de Julgamento: 11/12/2023, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/12/2023) Quanto à inconformidade trazida, de inobservância ao art. 316, parágrafo único, do CPP, prevê o referido dispositivo legal a revisão da necessidade da manutenção da prisão preventiva a cada 90 dias, mediante decisão fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal. Contudo, entende-se que eventual escoamento do prazo legal não resulta em constrangimento ilegal da prisão, desde que a irregularidade seja sanada pelo julgador assim que instado. Ademais, recentemente o Plenário do STF, no julgamento do HC nº 191836, consignou que a inobservância do prazo nonagesimal do art. 316, parágrafo único, do CPP, não implica automática revogação da prisão preventiva. Na ocasião, restou consignado, ainda, que o juízo competente deve ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos. Nessa mesma linha de intelecção, o seguinte julgado do STF: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, ROUBO, FURTO, ESTELIONATO, FALSIDADE IDEOLÓGICA E LAVAGEM DE DINHEIRO. MERA REITERAÇÃO DE OUTRO WRIT. DESCABIMENTO. REVISÃO NONAGESIMAL DA CUSTÓDIA. ENTENDIMENTO DO STF NA ADI 6.581. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Os argumentos quanto à falta de fundamentação para a manutenção da prisão, à inexistência de provas e à substituição da prisão

por outras cautelares constituem mera reiteração do HC 715.420/MT, já rejeitado com trânsito em julgado. 2. Conforme a decisão do STF na ADI 6.581, a falta de revisão da prisão preventiva a cada 90 dias não enseja automaticamente a revogação da custódia ou o reconhecimento de qualquer nulidade, mas somente a interpelação do juízo responsável para que faça a reavaliação legalmente determinada. 3. A demora para a conclusão dos atos processuais não pode ser verificada da simples análise dos prazos previstos em lei, devendo ser examinada de acordo com os princípios da razoabilidade e conforme as peculiaridades do caso concreto. 4. Tratando-se de processo complexo, com multiplicidade de réus e que segue marcha regular, não há, ao menos no presente momento, excesso de prazo na prisão preventiva. 5. Agravo regimental desprovido. (STJ – AgRg no HC: 756968 MT 2022/0220979–5, Data de Julgamento: 14/11/2022, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/11/2022) Logo, conquanto a inobservância do prazo nonagesimal não implique, automaticamente, no relaxamento da prisão cautelar, subsiste a necessidade de sua revisão pelo órgão emissor, nos termos da legislação vigente, sob pena de a decisão primeva ter validade ad aeternum, não sendo o caso dos autos, que se encontram na iminência da realização de audiência de instrução, oportunidade em que ocorrerá a reavaliação da necessidade da custódia. Em relação à adoção de cautelares alternativas, imperioso registrar que, constatada a necessidade da segregação cautelar para garantia da ordem pública, não há falar em emprego de medida diversa da prisão. Sobre o tema, segue o aresto do STJ: HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ORDEM DENEGADA. 1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas – e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos dos artigos 282, incisos I e II c/c 312 do CPP. 2. O Juiz de primeira instância apontou a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, indicando motivação suficiente para decretar a prisão preventiva, ao salientar a gravidade concreta da conduta perpetrada e o aumento do nível de violência por ele cometida contra a mesma vítima. 3. Em razão da gravidade do crime e das indicadas circunstâncias do fato, as medidas cautelares alternativas à prisão não se mostram adequadas e suficientes para evitar a prática de novas infrações penais. 4. Habeas corpus denegado. (STJ – HC: 474812 RJ 2018/0274877–3, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 13/12/2018, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/02/2019) Demais disso, há mister ressaltar que o “princípio da confiança no juiz do processo” deve ser aplicado ao presente caso, visto que o magistrado de piso apontado como autoridade coatora, por estar mais próximo das pessoas em causa, dos fatos e das provas, tem, sem dúvida, maior noção da “verdade real” e melhores condições de dar ao feito o deslinde mais justo, como o de manter a prisão do paciente ou lhe conceder a liberdade provisória. Por fim, quanto às alegadas condições pessoais favoráveis do Paciente, tais como a residência fixa e ocupação lícita, ainda que fossem demonstradas, não possuem o condão de afastar a necessidade da custódia cautelar, quando presentes os seus requisitos, como ocorre no caso. À propósito: RECURSO ORDINÁRIO. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO. ELEMENTOS CONCRETOS. EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO PROCESSUAL

ENCERRADA. SÚMULA 52/STJ. 1. O decreto prisional encontra-se suficientemente fundamentado. Presentes prova da materialidade e indícios suficientes de autoria do delito de tráfico de drogas. A prisão preventiva foi decretada para a garantia da ordem pública. Ficou delineada a gravidade concreta do delito, revelada pelo modus operandi empregado pela organização criminosa, sendo encontrada com os autuados farta quantidade de drogas (128 g de crack e 40 g de maconha), além de um impressionante arsenal de armas, de grosso calibre, rádios de comunicação e todo um aparato, tudo a indicar que ali era, até o cumprimento do mandado judicial, um robusto e fortificado ponto de tráfico de drogas e armas. 2. Condições pessoais favoráveis, como o paciente ser primário, ter bons antecedentes, trabalho lícito e residência fixa, não asseguram a liberdade provisória, quando demonstrada a necessidade de segregação cautelar. Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo (Súmula 52/STJ). 4. Recurso ordinário improvido.” (RHC 60.481/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Ante o exposto, conheço parcialmente o presente mandamus, e nessa extensão voto pela DENEGAÇÃO DA ORDEM. Desa. Aracy Lima Borges – 1ª Câmara Crime 1ª Turma Relatora